

CORPO, CULTURA & PODER

Leandro Ferreira de Melo¹ 

RESUMO

Este ensaio, desenvolvido na disciplina “Tópicos Especiais em Saúde” do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob orientação da Profa. Dra. Amália Neide Covic. É proposto uma reflexão crítica sobre as representações sociais do corpo humano. Foca-se nas categorias de “normal” e “patológico”, problematizando a naturalização da doença. Com base em autores como Canguilhem, Gadamer, Heisenberg, Agamben, Foucault, Berger e Luckmann, que evidenciam que o corpo transcende sua dimensão biológica e configura-se como fenômeno social e cultural, atravessado por discursos normativos que podem gerar exclusões. Desse modo, compreender o corpo como construção simbólica e histórica é essencial para superar perspectivas deterministas e orientar práticas em saúde e educação pautadas no respeito à diversidade e no reconhecimento ético das diferenças. As reflexões evidenciaram ainda que o corpo é vetor de sentido: espaço de resistência, de criação e de expressão da singularidade de cada ser. Compreendê-lo em suas múltiplas dimensões — física, social, cultural e simbólica — é reconhecer a riqueza da diversidade humana e promover leituras críticas que valorizem a experiência corporal em sua plenitude e busque eliminar todas as formas de discriminação e exclusão.

Palavras-chave: Representações, Saúde, Normal, Patológico.

BODY, CULTURE & POWER

ABSTRACT

This essay, developed in the course “Special Topics in Health” of the Graduate Program in Education and Health at the Federal University of São Paulo (UNIFESP), under the supervision of Prof. Dr. Amália Neide Covic, proposes a critical reflection on the social representations of the human body. It focuses on the categories of “normal” and “pathological,” problematizing the naturalization of disease. Based on authors such as Canguilhem, Gadamer, Heisenberg, Agamben, Foucault, Berger, and Luckmann, who highlight that the body transcends its biological dimension and constitutes a social and cultural phenomenon, shaped by normative discourses that can generate exclusion. Thus, understanding the body as a symbolic and historical construct is essential to overcome determinist perspectives and guide health and education practices grounded in respect for diversity and ethical recognition of differences. The reflections also indicate that the body is a vector of meaning: a space for resistance, creation, and expression of each individual’s singularity. Understanding it in its multiple dimensions—physical, social, cultural, and symbolic—is to acknowledge the richness of human diversity and promote critical readings that value bodily experience in its entirety while seeking to eliminate all forms of discrimination and exclusion.

Keywords: Representations, Health, Normal, Pathological.

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Autor Correspondente: Leandro Ferreira de Melo. Supervisionado pelo Prof. Dr. Umberto de Andrade Pinto.

E-mail: l.melo@unifesp.br

Recebido em 29 de Agosto de 2024 | Aceito em 07 de Novembro de 2025.

CUERPO, CULTURA Y PODER

RESUMEN

Este ensayo, desarrollado en la asignatura “Temas Especiales en Salud” del Programa de Posgrado en Educación y Salud de la Universidad Federal de São Paulo (UNIFESP), bajo la supervisión de la Prof. Dra. Amália Neide Covic, propone una reflexión crítica sobre las representaciones sociales del cuerpo humano. Se centra en las categorías de “normal” y “patológico”, problematizando la naturalización de la enfermedad. Basándose en autores como Canguilhem, Gadamer, Heisenberg, Agamben, Foucault, Berger y Luckmann, que destacan que el cuerpo trasciende su dimensión biológica y se configura como un fenómeno social y cultural, atravesado por discursos normativos que pueden generar exclusión. Así, comprender el cuerpo como construcción simbólica e histórica es esencial para superar perspectivas deterministas y orientar prácticas en salud y educación basadas en el respeto a la diversidad y el reconocimiento ético de las diferencias. Las reflexiones también evidencian que el cuerpo es un vector de significado: espacio de resistencia, creación y expresión de la singularidad de cada ser. Comprenderlo en sus múltiples dimensiones—física, social, cultural y simbólica—es reconocer la riqueza de la diversidad humana y promover lecturas críticas que valoren la experiencia corporal en su plenitud, buscando eliminar todas las formas de discriminación y exclusión.

Palabras clave: Representaciones, Salud, Normal, Patológico.

1. INTRODUÇÃO

A história humana inscreve-se na produção de princípios normativos do corpo, variáveis segundo épocas e culturas, mas sempre reiterados no cotidiano social. Não há uma leitura única do mundo, mas discursos que, ao pretenderem naturalizar-se, instituem regimes de verdade. Essa disputa evidencia a imanência das relações de poder, nas quais ideologias e doutrinas competem pela hegemonia interpretativa e pela regulação dos modos de existir.

Aristóteles definiu o homem como “animal político” (*zoon politikon*), ser que constrói e reconstrói incessantemente sua realidade social, ao mesmo tempo em que é moldado pelas estruturas que ele mesmo engendra. Tal concepção evidencia a indissociabilidade entre natureza, cultura e política na constituição do humano. Nessa direção, Berger e Luckmann (1973), em “A Construção Social da Realidade”, ofereceram contribuições decisivas ao demonstrar que a realidade consciente e o conhecimento dela derivado são produtos sociais, constituídos por um movimento dialético de objetivação, internalização e reconstrução do humano-social. Assim, a realidade, embora composta por fenômenos que transcendem a vontade individual, configura-se a partir de fatores sociais e políticos, resultantes da ação humana enquanto sujeito histórico.

É nesse campo de interações e disputas de sentido que se inscrevem as representações sociais do corpo. Partindo desse horizonte, o presente ensaio propõe uma reflexão crítica sobre tais representações, compreendendo o corpo como produto histórico, cultural e simbólico, atravessado por relações de poder e pela constante reelaboração das formas de interpretar a vida humana.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente ensaio tem caráter teórico e fundamenta-se na análise de obras de autores consagrados das Ciências Humanas e Sociais, em especial da Antropologia, Filosofia e Sociologia, cujas reflexões oferecem distintas perspectivas sobre a construção social do corpo: Berger & Luckmann (1973) lançam as bases ao discutir a realidade como construção social, demonstrando que as experiências individuais são continuamente moldadas pelos contextos culturais e simbólicos nos quais os sujeitos estão inseridos.

Gould (1991) complementa essa perspectiva ao problematizar a diversidade corporal e as normas que regulam a vida física e social, enquanto Heisenberg (1996) evidencia os limites do conhecimento e a incerteza inerente à observação do mundo, lembrando que toda interpretação está sujeita a mediações.

Gadamer (1997), por sua vez, aprofunda a compreensão hermenêutica, mostrando como a historicidade e os processos interpretativos influenciam a percepção do corpo e da realidade. Foucault (1999, 2000, 2004) amplia a análise ao destacar a relação entre poder, biopolítica e normatividade, evidenciando como o corpo se torna um espaço de disciplina e controle social.

Courtine (2006) reforça essa perspectiva ao discutir as normas que regulam a corporeidade, enquanto Sontag (2007) aprofunda a análise do corpo em relação à doença, estigma e representações sociais.

Le Breton (2007) complementa ao apresentar o corpo como construção simbólica, atravessado por relações culturais e sociais, e Canguilhem (2009) enfatiza a normatividade da vida e da saúde, demonstrando que o que se considera “normal” é historicamente e socialmente construído.

Por fim, Agamben (2017) aprofunda o debate ao refletir sobre soberania, estado de exceção e biopoder, mostrando como a vida humana pode ser reduzida a seu substrato biológico, enquanto permanece permeada por relações de poder.

A partir dessas referências, buscou-se refletir sobre as formas sociais de conceber o corpo, reconhecendo-o em suas múltiplas dimensões. As discussões propostas não tiveram a pretensão de oferecer um exame exaustivo da temática, mas de suscitar reflexões capazes de enriquecer e ampliar o debate em torno da questão.

3. CORPO E BIOPODER

A questão central é: até que ponto o ser humano — em seu corpo e nas representações que o circundam — pode escapar ao domínio do biopoder? Agamben (2017), em “Uso dos Corpos” [*Homo Sacer*, IV, 2], propõe uma análise crítica das interpretações antropológicas consolidadas no Ocidente, questionando os limites e efeitos do biopoder na constituição da humanidade. Para o autor, o corpo não é apenas entidade biológica, mas terreno de disputa ética, social e política, atravessado por normas e dispositivos que regulam modos de existir, agir e sentir dos indivíduos.

Na modernidade, observa-se o que Agamben denomina “animalização do homem”: a vida é apropriada e controlada por técnicas que colocam a dimensão biológica no centro dos cálculos do poder. Essa apropriação se manifesta em práticas médicas, sanitárias e administrativas que, embora justifiquem proteção, frequentemente reduzem a vida ao substrato mínimo, instrumentalizado pelo Estado e por instituições políticas e econômicas. Agamben propõe a necessidade de conceber uma nova forma-de-vida, integral e indissociável de sua própria existência, que transcenda a instrumentalização biopolítica e reconheça a humanidade em sua plenitude.

O biopoder contemporâneo, portanto, supera a lógica foucaultiana de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2000), configurando-se como racionalidade política voltada a “fazer sobreviver”, transformando o “estado de exceção” em técnica permanente de governo. Tal normalização da exceção altera o espaço de convivência, tornando decisões que afetam a vida cotidiana não apenas possíveis, mas rotineiras, evidenciando a tensão entre direito, moral e poder.

Exemplos históricos, como os campos de concentração, ilustram de forma extrema essa lógica: locais onde se consoma a perda da humanidade, a banalização da vida e a legitimação do “matável” (Agamben, 2017). Nesse contexto, observa-se a instrumentalização do corpo humano como território de poder, revelando que vulnerabilidade e violência se entrelaçam de maneira institucionalizada.

De forma análoga, a pandemia da Covid-19 evidenciou traços contemporâneos desse biopoder: o governo de extrema direita, ao negar a gravidade da crise, omitir medidas de proteção e minimizar o vírus como “gripezinha”, normalizou a exceção como política de Estado (OMS, 2020; ONU, 2020; Fiocruz, 2021; Abrasco, 2021). Ventura (2021) destaca que a promoção deliberada de aglomerações e a desinformação configuraram uma “estratégia institucional de propagação do vírus”, ampliando a vulnerabilidade social e expondo corpos à violência política indireta.

Foucault (1999) contribui para compreender essa dinâmica, apontando que os regimes de saber e poder definem o que se entende por “vida”, “saúde” e “normalidade”, transformando o corpo em objeto de controle, disciplina e categorização. Le Breton (2007, 2016) amplia essa perspectiva, lembrando que o corpo é sempre construção simbólica, atravessado por cultura, história e relações sociais, capaz de expressar singularidade e resistência. Canguilhem (2009) complementa: o patológico não é mera ausência de norma, mas uma forma de existência, demonstrando que a vida humana não se submete a padrões fixos, mas negocia constantemente sua normalidade em contextos sociais e históricos.

Nesse sentido, a pandemia, assim como eventos históricos de violência sistemática, revela que decisões políticas, normas institucionais e representações culturais impactam não apenas a existência biológica, mas a integridade social, ética e simbólica do indivíduo. O corpo torna-se, simultaneamente, objeto de vulnerabilidade e campo de resistência: vulnerável às imposições de poder, mas capaz de criar significados, expressar singularidade e reivindicar agência frente a dispositivos de controle.

Assim, conforme Wolff (2012), emerge a reflexão filosófica e antropológica central: “o que é o homem?”. Essa indagação não se limita a aspectos biológicos, mas implica questionar como a corporeidade, a cultura, a ética e a política se articulam para moldar a experiência humana. Reconhecer que o ser humano é multidimensional — biológico, social, cultural, simbólico e ético — permite compreender que a resistência ao biopoder não se dá apenas na preservação da vida física, mas na afirmação da dignidade, da autonomia e da pluralidade que definem a humanidade.

Diante disso, pensar o corpo e o homem é compreender que a vida não é neutra nem previsível: ela está imbricada em relações de poder, normas sociais, discursos culturais e decisões políticas que podem protegê-la ou submetê-la, tornando o estudo da corporeidade, da ética e do biopoder indispensável para a formação de sociedades mais justas e humanas.

4. CORPO & REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA

Francis Wolff (2012), ao longo de sua análise, examina quatro concepções históricas que buscaram definir o ser humano, evidenciando que a compreensão da humanidade não é estática. Ao contrário, ela se transforma ao longo do tempo, sendo moldada pelas especificidades culturais, pelos avanços e orientações dos projetos científicos de cada época e, sobretudo, repercutindo de forma significativa sobre os valores, as normas éticas e as práticas sociais das sociedades em que se insere.

Essa perspectiva se aproxima, por exemplo, de Edgar Morin (2003), que ressalta a complexidade do ser humano como um “sujeito multidimensional”, atravessado simultaneamente pelo “biológico”, pelo “cultural” e pelo “simbólico”. Do mesmo modo, Foucault (1999) aponta que as concepções de homem variaram conforme os regimes de saber e poder, revelando que aquilo que entendemos como “humano” nunca é neutro, mas fruto de disputas de discursos e práticas históricas. Já Bauman (2001), ao falar da “modernidade líquida”, evidencia que a própria identidade humana se tornou fluida, instável e constantemente reconfigurada pelas transformações sociais e tecnológicas.

Nesse sentido, a questão levantada por Wolff (2012) permanece atual e necessária. Em tempos marcados pela “biotecnologia”, pela inteligência artificial e pela aceleração das mudanças culturais, o debate sobre o que significa ser humano ultrapassa os limites da filosofia clássica, alcançando a ética aplicada, a educação e até mesmo os modos de convivência social. Reconhecer que a humanidade é um conceito em permanente construção nos convida a refletir criticamente sobre como escolhemos orientar nossas relações, formar novas gerações e projetar o futuro da vida em comunidade.

Wolff (2012) afirma que nossa forma de educar os filhos, punir os delinquentes, cuidar dos animais ou avaliar o poder das máquinas depende diretamente da definição que atribuímos ao ser humano. Essa reflexão evidencia que a compreensão do homem é decisiva para orientar práticas sociais, culturais e políticas, moldando a maneira como organizamos nossas relações, instituições e normas.

Nesse horizonte, o corpo, ao longo da historicidade humana, foi concebido de maneira ambivalente e dual: ora endeusado, ora amaldiçoado; ora cuidado, ora maltratado; ora amado, ora odiado. Em diversos momentos, foi interpretado tanto como ápice da criação divina quanto como expressão de carnalidade e luxúria. Artistas como Leonardo da Vinci (1452-1519) e Michelangelo (1475-1564), entre outros, deixaram em suas obras marcas indeléveis desse olhar paradoxal sobre o corpo humano, revelando simultaneamente sua beleza, dignidade e fragilidade. De forma similar, William Shakespeare (1564-1616) nas suas peças e sonetos explorou a tensão entre corpo e espírito, virtude e pecado, celebrando a complexidade e os dilemas humanos, mostrando que a corporalidade é inseparável das emoções, das paixões, dos prazeres e da condição moral do homem.

Na contemporaneidade, esse debate assume novas formas, atravessando campos como a biomedicina, a estética, a cultura digital e a educação. A concepção de corpo desloca-se para além da dimensão biológica, incorporando questões de identidade, gênero, subjetividade e pertencimento cultural.

Le Breton (2016), por exemplo, destaca que o corpo é uma “construção simbólica”, inseparável da cultura, e que cada sociedade imprime marcas próprias sobre a forma como o indivíduo percebe e habita sua corporeidade. Do mesmo modo, José Gil (2004) lembra que o corpo não é apenas matéria, mas também fluxo de intensidades e sensações, capaz de expressar singularidades que escapam à normatização.

No campo educacional, tais transformações repercutem diretamente na formação de crianças, adolescentes e jovens. A escola, como espaço de socialização, precisa lidar com as múltiplas representações do corpo que circulam na sociedade contemporânea: o corpo que aprende, que sente, que se expressa, como também vulnerável a preconceitos, estigmas e violências. Nesse sentido, Chauí (2000) lembra que a experiência do corpo atravessa a relação entre liberdade e opressão, sendo fundamental reconhecê-lo como dimensão da cidadania e da dignidade humana.

Há também produções textuais reconhecidas como sagradas por diferentes tradições religiosas, nas quais o corpo ocupa lugar central nas reflexões teológicas e éticas. O Alcorão, para os muçulmanos, e a Bíblia, para os cristãos ocidentais, são exemplos de escritos milenares que expressam paradoxos e ambiguidades acerca da corporeidade. Por um lado, o corpo é concebido como espaço sagrado, “santuário do Espírito Santo” ou “templo de Deus”; por outro, é também descrito como expressão da fragilidade da condição humana.

O Alcorão apresenta o corpo humano como uma criação divina que deve ser cuidada e respeitada, integrando dimensões físicas, espirituais e morais. Descreve a formação do ser humano desde a concepção e enfatiza a complexidade e perfeição do corpo como obra de Deus (Al-Mu’minun 23:13-14; Az-Zumar 39:6). Ademais, o cuidado com o corpo é considerado uma forma de adoração, refletido em práticas como a oração (salat), que promovem bem-estar e saúde. O corpo está também relacionado à alma (nafs), indicando a interação entre o físico e o espiritual (Az-Zumar 39:42).

Por exemplo, a Epístola do apóstolo Paulo aos Coríntios apresenta uma formulação emblemática dessa tensão. Ele escreve: “Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo, que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de vocês mesmos? Vocês foram comprados por alto preço. Portanto, glorifiquem a Deus com o seu próprio corpo” (1 Coríntios 6:19-20). Na Epístola aos Romanos, Paulo apresenta o corpo como espaço de tensão entre “a carne e o Espírito” (Romanos 12:1-2), propondo uma perspectiva ética e espiritual em que o corpo se torna instrumento de obediência e sacrifício a Deus.

O apóstolo enfatiza ainda que o corpo deve ser oferecido como “sacrifício vivo, santo e agradável a Deus” (Romanos 6:12-13), tornando-se veículo de ação ética, fé e renovação interior. Dessa forma, o corpo transcende sua dimensão meramente física, sendo concebido como espaço simbólico no qual se articulam valores espirituais, sociais e morais. Essas passagens ilustram como, ao longo da história, o corpo humano tem sido simultaneamente objeto de exaltação e de normas reguladoras, funcionando como terreno de interseção entre o biológico, o simbólico e o ético.

Por outro lado, a mesma concepção cristã apresenta o corpo como uma dimensão vulnerável e propensa às fraquezas humanas. Os textos bíblicos a seguir destacam essa tensão intrínseca entre o espiritual e o corporal: “[...] o espírito está pronto, mas a carne é fraca” (Mateus 26:41) e “[...] a carne não produz nada que se aproveite” (João 6:63)¹. Nessa perspectiva, para os seguidores das doutrinas cristãs, o ser humano é constituído por dois aspectos distintos: o espiritual, voltado para cumprir a “vontade de Deus”, e o carnal, inclinado a satisfazer os desejos da carne, ou seja, a transgressão moral e o pecado. Consequentemente, a prática da vida cristã requer que o espírito exerça domínio sobre os impulsos do corpo, promovendo a disciplina interna como caminho para a ética, a virtude e a conformidade com os preceitos divinos².

1 Cita-se, aqui, como exemplo a religião cristã, cujos preceitos estão fundamentados na “Bíblia Sagrada”, um conjunto de 66 livros reunidos em um único volume – sendo 39 livros do “Antigo Testamento” e 27 livros do “Novo Testamento”. Por sua vez o Alcorão é o texto sagrado do Islã, reconhecido pelos muçulmanos como a palavra literal de Deus (Alá), revelada ao profeta Maomé entre 610 e 632 d.C. Escrito em árabe clássico, é organizado em 114 capítulos (suras) contendo versículos (ayat), que abordam dimensões espirituais, éticas, sociais e legais da vida humana.

2 Optou-se por citar a Bíblia cristã e o Alcorão por constituírem marcos importantes para se compreender as percepções históricas acerca do corpo. Obviamente, existem muitos outros escritos considerados sagrados por outras religiões não menos importantes que fazem referência a importância do corpo biológico e espiritual.

Saviani (2007) apontou que a dominação e disciplinarização de corpos também foi justificada como missão divina em diversos contextos históricos. Um exemplo emblemático foram as missões jesuíticas, que utilizava métodos pedagógicos rigorosos para catequizar povos, organizando a aprendizagem e disciplinar o corpo como forma de inserção cultural e social. Dessa maneira, percebe-se que, historicamente, a educação, a ciência e a religião foram, em muitos momentos e ainda atualmente, instrumentos usados de controle dos corpos, moldando tanto o comportamento quanto as percepções sociais de normalidade.

Outrossim, enquanto Gould (1991) e, de forma mais implícita Agamben (2017), evidenciam como, especialmente no século XIX, o corpo foi submetido a padrões de normalidade determinados por teorias pseudocientíficas — como craniometria e Quociente de Inteligência — que buscavam hierarquizar, definir e controlar a vida humana.

Essa relação evidencia que, ao longo da história, o corpo tem sido simultaneamente objeto de dominação e de expressão de valores, seja por meio de mecanismos de poder e categorização social, seja como veículo de ação moral e espiritual. Assim, as abordagens se contrapõem: de um lado, a imposição de normas externas que definem o que é “normal” ou “superior”; do outro, a valorização do corpo como agente ético e simbólico, capaz de transcender sua dimensão biológica.

Gould (1991) também refletiu sobre como o convencimento ideológico molda teorias educativas de cunho social. Desde o período socrático, os cidadãos eram classificados em três grupos – governantes, auxiliares e artesãos – com base em supostas capacidades naturais: os primeiros destinados a governar (“ouro”), os segundos a auxiliar (“prata”) e os últimos a exercer funções manuais ou agrícolas (“latão” e “ferro”), conforme o diálogo entre Glauco e Sócrates. Esse modelo disciplinava os corpos de acordo com os interesses dos grupos “iluminados”, fazendo com que a hierarquia fosse percebida como natural, justa e inquestionável.

Fica claro que ao longo da história humana, diversas interpretações conflitantes sobre a diversidade corporal foram naturalizadas, levando muitos estudiosos, religiosos, políticos, filósofos etc., a defenderem que os corpos deveriam seguir padrões específicos, obedecendo a regras supostamente naturais/divinas.

Essas teorias sustentaram e ainda fortalecem práticas de exclusão, discriminação e violência, legitimando atrocidades como no Holocausto e na pandemia da Covid-19.

5. CORPO & ESTIGMAS

De acordo com Agamben (2017), Canguilhem (2009), Le Breton (2007) e Foucault (2000, 2004), são as representações sociais que estruturam e regulam os valores das sociedades. As interações das dinâmicas socioculturais estabelecem padrões de conduta que ultrapassam a dimensão puramente física, influenciando diretamente a percepção do corpo dentro da ordem simbólica e normativa vigente.

Canguilhem (2009), em sua análise sobre a normatividade e o estado patológico, argumenta que o patológico não corresponde à ausência de normas, uma vez que não existe vida sem normas de vida. O estado patológico é, portanto, para ele, também uma forma de existência. A partir dessa perspectiva, torna-se impossível julgar rigidamente o que é “normal” ou “anormal”, sobretudo quando tais conceitos não se limitam a parâmetros fisiológicos ou vegetativos.

Entretanto, as concepções sobre doenças e saúde são construídas socialmente, moldadas por representações culturais que definem o que deve ser entendido como aceitável ou não aceitável. Nestes termos, o corpo não se configura apenas a uma realidade biológica, mas também um espaço de significados, normas e valores que refletem as dinâmicas socioculturais de cada época.

Sacks (1995), Courtine (2008), Canguilhem (2009), Goffman (2010), dentre muitos outros autores, oferecem perspectivas complementares sobre o corpo, a doença e a normatividade social. Destacam que a distinção entre normal e patológico não se limita a uma questão fisiológica: o estado patológico não é simplesmente ausência de norma, mas uma forma de vida que se organiza sob suas próprias regras. Por isso, as concepções de saúde e doença são construídas socialmente e mediadas por representações culturais contextualizadas que ditam o que deve ser considerado “normal” (sadio) ou “anormal” (doente).

Agamben (2017), por sua vez, expande a análise para o plano político e social, mostrando como o biopoder contemporâneo regula a vida e impõe padrões de conduta que ultrapassam a dimensão física do corpo, transformando-o em objeto de disciplina, controle e normatização. Nesse contexto, o corpo torna-se um território de disputas sociais, éticas e políticas, em que o sofrimento, a doença e as variações fisiológicas são instrumentalizadas para sustentar determinadas lógicas de poder (controles).

Segundo Sacks (1995) e Courtine (2008), a doença não deve ser compreendida apenas como estigma ou sentença, mas pode atuar como mecanismo de fortalecimento do organismo e ressignificação da experiência corporal. Nesse sentido, Susan Sontag (2010) observa que condições crônicas, como o câncer, podem estimular a resiliência emocional, reorientar prioridades de vida e fortalecer vínculos sociais, evidenciando a capacidade do corpo e da mente de se adaptar e transformar experiências adversas.

Exemplos desse processo incluem a febre, que sinaliza a ativação do sistema imunológico no combate a agentes patogênicos, promovendo o fortalecimento das defesas naturais; as microlesões musculares decorrentes de exercícios intensos, que geram adaptações e aumento da resistência física; e as doenças autoimunes, que, apesar dos desafios, podem incentivar maior consciência corporal, práticas de autocuidado e hábitos preventivos, ampliando o bem-estar geral. Assim, as patologias não reduzem o indivíduo à condição de vítima passiva; ao contrário, constituem oportunidades de fortalecimento físico, emocional e social, reforçando a adaptabilidade e a criatividade inerentes à experiência corporal humana.

Os tabus estão sedimentados no tecido social, inclusive, por profissionais com elevado conhecimento técnico, como médicos, psiquiatras e neurologistas, que acabam por legitimar certas visões estigmatizantes, mesmo quando respaldadas por saberes científicos. Sobre isso, segundo Gadamer (2001), tal perspectiva pode diluir as potencialidades do indivíduo adoecido, obscurecendo não apenas suas capacidades físicas, mas também sua dimensão subjetiva, psíquica e social, prejudicando sua autonomia e a percepção de si como agente ativo em seu próprio processo de vida – independentemente da situação de seu corpo/organismo.

No entanto, como aponta Heisenberg (2009), a descrição do corpo a partir da percepção alheia institui estigmas, rótulos e tabus que contribuem para estabelecer identidades pré-concebidas. De acordo com Gadamer (2001), neste contexto, os corpos passam a ser pressionados a adequar-se às normas sociais sobre o que é considerado saudável, correto ou ideal, dando origem a dicotomias como eficiente–deficiente, bom–mal, bonito–feio, adequado–inadequado. Este universo produtor de identidades é frequentemente naturalizado, e as relações de poder moldam os corpos, potencialmente gerando deficiências e limitações que, em muitas situações, não existem objetivamente – inclusive potencializando e ou levando a adoecimentos psicossomáticos.

Importante observar que tais interpretações possuem raízes nas ciências em abordagens positivistas, que historicamente contribuíram para a construção e ordenação da realidade social, conforme Luckmann & Berger (1973) e Heisenberg (2009). Entretanto, a metamorfose social não se realiza de forma linear ou uniforme. Apesar das tentativas constantes de disciplinarização e homogeneização, emerge, paradoxalmente, a heterogeneidade, resistindo aos ditames sociais impostos às identidades individuais e coletivas.

A partir desse panorama, a diversidade corporal emerge como resistência às imposições normativas. A igualdade, como ressaltado por Lévi-Strauss, se realiza justamente na pluralidade das diferenças. Cada corpo carrega sua história, suas potencialidades e suas limitações, que não podem ser ignoradas ou padronizadas. As interpretações preconceituosas, excludentes ou reducionistas não refletem a realidade da vida humana, mas sim os efeitos de estruturas históricas, ideológicas e sociais que buscam homogeneizar e disciplinar os indivíduos.

Enfim, o biopoder contemporâneo transforma a vida humana em objeto de regulação e controle, e as distinções entre normal e anormal tornam-se instrumentos de disciplina e exclusão social dentro do tabuleiro social do capital/poder.

6. CORPO, SAÚDE & EDUCAÇÃO

A tensão entre o normal e o patológico, conforme problematizou Canguilhem (2009), não pode ser reduzida a uma simples variação quantitativa do normal, pois a vida não se submete a padrões fixos, comportando múltiplas possibilidades fisiológicas e contextuais. Tal perspectiva evidencia que as categorias de “normalidade” e “patologia” são social e historicamente construídas, e não exclusivamente objetivas. No campo da saúde, essa compreensão orienta práticas que valorizem a singularidade do paciente, evitando tratamentos uniformizados que negligenciem suas condições e experiências. Na educação, reconhecer a diversidade de corpos e capacidades desafia modelos pedagógicos homogêneos, favorecendo abordagens inclusivas e éticas, pautadas no respeito às diferenças, no estímulo à autonomia, à criatividade e ao bem-estar.

Como observa Gould (2012), o corpo deve ser concebido como um complexo integrador de dimensões físicas, sociais, culturais e simbólicas. Longe de ser apenas entidade biológica, constitui-se como espaço de significados históricos e de experiências coletivas que o conformam. A crise sanitária da Covid-19 tornou ainda mais visível essa condição, ao expor não apenas a vulnerabilidade biológica, mas também a submissão dos corpos a decisões políticas que, ao suspender a proteção da vida, reiteraram a lógica perversa do “estado de exceção”.

Le Breton (2007, p. 7) afirmou categoricamente que o “[...] corpo é a interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico”. Nessa mesma direção, e antecipadamente, Mauss (1974) discutiu o corpo em três dimensões distintas, mas interdependentes: “objeto físico, psicossocial e social”. Tal compreensão evidencia que o corpo se constitui em permanente adaptação às diferentes realidades e contextos socioculturais, configurando-se, simultaneamente, como produto e produtor de sentidos sociais. Dessa forma, não pode ser concebido como uma entidade em “estado natural”, mas sempre mediado por códigos e significados culturais e históricos.

Historicamente, como já dito, o corpo foi submetido a dispositivos de disciplina, enquadrado em prescrições normativas acerca de como deveria ser, agir e se conduzir, a partir de fundamentos ditos “naturalistas” e biologizantes. Tais perspectivas buscaram legitimar a ideia de que as manifestações biológicas deveriam reger não apenas a vida corporal, mas também a própria organização das sociedades humanas. Esse olhar reducionista, ao privilegiar o corpo como objeto de controle e regulação, acabou por obscurecer sua dimensão simbólica, social e política.

Luckmann & Berger (1973), assim como Le Breton (2007), destacam que o enraizamento físico do indivíduo no universo social e cultural ao qual pertence é inegável. Dessa forma, compreende-se que não há naturalidade nos gestos ou nas sensações, uma vez que o corpo está submetido aos “encrustamentos” dos padrões e ditames socioculturais.

Nessa perspectiva, o corpo deixa de ser apenas biológico e configura-se como uma construção simbólica, constantemente moldada pelas interações sociais que lhe conferem significado. Assim, o corpo pode ser entendido como um hospedeiro “semântico”, produtor e transmissor de sentidos no interior do espaço social e cultural de seu grupo de pertencimento.

Nesse horizonte, Le Breton (2007, p. 8) observa que “ao nascer, a criança é constituída pela soma infinita de disposições antropológicas que só a imersão no campo simbólico, isto é, a relação com os outros, poderá permitir o desenvolvimento”. Em outras palavras, a constituição do corpo não se limita ao plano biológico, mas depende, de forma decisiva, da mediação simbólica e cultural.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Lev S. Vygotski (1991), para quem a interação social constitui condição *sine qua non* do desenvolvimento humano, uma vez que possibilita a socialização das experiências corporais, que, ao se interiorizarem, transformam-se em mecanismos estruturantes da condição social da criança. Assim, o corpo não apenas se insere no mundo, mas converte-se em veículo e expressão da cultura, configurando-se como elemento constitutivo da experiência individual e coletiva.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo humano vai muito além da matéria; é experiência, memória e significado. Não apenas habita o mundo, mas dialoga com ele, mediado e mediando culturas, valores e sentidos, e moldando-se continuamente pelas interações sociais e pelas vivências individuais.

Mesmo diante da disciplina, das normas e das expectativas sociais que tentam moldá-lo, o corpo revela sua capacidade de resiliência e transformação. Doenças, adversidades e desafios não o reduzem a objeto passivo; ao contrário, tornam-se oportunidades de fortalecimento, aprendizado e redescoberta de seus limites e possibilidades.

Nestes termos, o corpo emerge como um vetor de sentido: espaço de resistência, de criação e de expressão da singularidade de cada ser. Compreendê-lo em suas múltiplas dimensões — física, social, cultural e simbólica — é reconhecer a riqueza da diversidade humana e promover leituras críticas que valorizem a experiência corporal em sua plenitude e busque eliminar todas as formas de discriminação e exclusão.

O corpo é, portanto, terreno fértil de humanização, lugar onde se cruzam vida, cultura e sentido, convidando-nos a desnaturalizar preconceitos e a celebrar a pluralidade que nos define – mesmo em meio às adversidades patológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

- Abrasco, Dossiê: A pandemia de Covid-19 e as respostas do Brasil. Rio de Janeiro, 2021.
- Agamben, G. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Agamben, G. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Agamben, G. O uso dos corpos [*Homo Sacer* IV, 2]. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Alcorão Sagrado, Surata Al-Mu'minun (23:13-14), Surata Az-Zumar (39:6, 39:42).
- Arresala. O Islã e o cuidado corporal. Disponível em: <https://www.arresala.org.br/o-islam-e-o-cuidado-corporal> - Acessado em 11 de setembro de 2025.
- Aristóteles. Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- Bauman, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Bíblia. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.
- Canguilhem, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- Chauí, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
- Courtine, J.-J. História do corpo: as mutações do olhar: o século XX. v. 3. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Fiocruz. Boletim Observatório Covid-19. Rio de Janeiro, 2021.
- Foucault, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Foucault, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Foucault, M. Os corpos dóceis. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- Gadamer, H.-G. El Estado Oculto de la Salud. Barcelona: Gedisa, 2001.
- Gil, J. Metamorfoses do corpo. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
- Goffman, E. Comportamento em lugares públicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- Gould, R. O corpo como experiência cultural. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- Gould, S. J. A Falsa Medida do Homem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Heisenberg, W. A ordenação da realidade. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2009.
- Islam ReligioN. Parceria entre corpo e alma. Disponível em: <https://www.islamreligion.com/pt/articles/10667/parceria-entre-corpo-e-alma> - Acessado em 11 de setembro de 2025.
- Le Breton, D. A sociologia do corpo. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- Le Breton, D. Antropologia do corpo e modernidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- Luckmann, T.; Berger, P. L. A construção social da realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.
- Mauss, M. As técnicas corporais. In: MAUSS, M. Sociologia e Antropologia, vol. II. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- Morin, E. O método 5: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2003.

- Organização Das Nações Unidas (ONU). COVID-19 and Human Rights: We are all in this together. 2020.
- Organização Das Nações Unidas (ONU). Policy Brief: COVID-19 and Human Rights. 2020.
- Organização Mundial Da Saúde (OMS). WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. 2020.
- Organização Mundial Da Saúde (OMS). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19. 2020.
- Sakcs, O. Um antropólogo em marte: sete histórias paradoxais. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- Saviani, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.
- Sontag, S. A Doença Como Metáfora. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- Ventura, D. Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. São Paulo: USP, 2021.
- Vygotski, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991. 4ª edição brasileira.
- Wolff, F. Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

